

IMPACTOS DA MUNICIPALIZAÇÃO NA GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS – BA

Raimunda Alves Moreira de Assis¹
Darluce Andrade de Queiroz²

RESUMO

O trabalho analisou os impactos da municipalização na organização e gestão da Rede de Ensino do Município de Canavieiras-BA, sob o ponto de vista dos gestores e dos professores. O levantamento de dados foi realizado através de documentos e questionários. Os dados apontaram que a municipalização promoveu a melhoria das condições de infraestrutura das escolas, da qualidade do ensino e ampliação de vagas. Indicaram também a existência de tensões no campo administrativo e pedagógico como, conflito para a alocação dos recursos humanos e adesão às novas orientações pedagógicas. O estudo indicou que um processo de municipalização deve ocorrer de forma gradual e diferenciada.

Palavras-chave: municipalização, ensino fundamental, Município de Canavieiras.

IMPACTOS DA MUNICIPALIZAÇÃO NA GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS – BA

Raimunda Alves Moreira de Assis
Profa. da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC-BA.
E-mail: assisraimunda@hotmail.com
Grupo de Estudo: História, Política e Educação: sujeito e saberes
Darluce Andrade de Queiroz
Profa. da Rede Pública Municipal de Canavieiras-BA.
E-mail: darluceaq@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o tema da municipalização do ensino fundamental é muito antiga no Brasil e os debates atuais ainda tomam como referência o pensamento do educador Anísio Teixeira, que já apresentava as suas idéias, em um Congresso Nacional de Municipalidades, em 1957. O educador se inspirou no modelo norte-americano de educação, de tradições fortemente locais. Defendia uma nova reordenação das responsabilidades

¹ Doutora em Educação (UFF/Niterói). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC-BA. E-mail: assisraimunda@hotmail.com

² Pedagoga (UESC/Ilhéus). Professora da Rede Municipal de Canavieiras-BA. E-mail: darluceaq@hotmail.com

municipal, estadual e federal, afirmando que a mudança de paradigma seria fundamental para que a instituição escolar de nível primário dos municípios se fortalecesse e apresentasse soluções para a melhoria da qualidade do ensino. Anísio afirmava, ainda, que a municipalização traria benefícios importantes nos aspectos administrativos, social e pedagógico, considerando-se que os sujeitos vivem no município e, portanto, os envolvidos no processo educacional local teriam respostas mais imediatas para a solução dos problemas (AZANHA, 1991).

Desde então, o movimento pela municipalização do ensino básico tomou corpo no País, resultando na criação de seus sistemas públicos, inicialmente, em âmbito estadual, através das Constituições Federais (CFs) de 1934 e 1946, e, mais recentemente, na esfera municipal, por intermédio da CF de 1988 (FÁVERO, 1996; CURY, 2000; SAVIANI, 1999). Em meio a este movimento, o Estado da Bahia, a partir do ano de 1999, passou a formular as suas políticas públicas de desenvolvimento da Educação Básica com base nestas idéias, considerando as demandas sociais existentes nos municípios.

Ao pesquisar o processo de municipalização da Rede de Ensino do Município de Canavieiras, dois aspectos despertaram a nossa atenção. O primeiro foi a identificação das principais ações adotadas pelos gestores, durante o processo de implementação da municipalização e o segundo aspecto, foi a análise do pensamento/sentimento das professoras das escolas estaduais e da Secretária de Educação do Município, analisando os impactos operados nas questões organizacionais e de gestão. Com estas intenções, o objetivo geral do estudo foi caracterizar a política de descentralização implantada no Estado da Bahia, analisando os principais impactos da municipalização na organização e gestão do ensino na cidade de Canavieiras, iniciada em 2004, sob o ponto de vista dos gestores e dos professores.

Objetivando refletir as questões acima apontadas, a partir dos estudos teóricos e de experiências empíricas, levantamos a hipótese de que a municipalização trouxe melhorias para o ensino fundamental no Município de Canavieiras-Ba, tanto do ponto de vista administrativo com a re-estruturação da organização do ensino, como pedagogicamente com a integração dos professores vinculados à rede pública estadual e municipal.

Para referenciar as análises, adotou-se o conceito de municipalização elaborado por Both (1997). Ele define municipalização como transferência da administração e desenvolvimento do ensino fundamental para o município realizado de forma gradual, progressiva e diferenciada, acompanhada dos recursos por parte da União e do próprio Estado (BOTH, 1997, p.78). Quanto ao aspecto metodológico, optou-se pela modalidade de pesquisa qualitativa, por compreender que esse procedimento ajuda o pesquisador a responder questões

detalhadas sobre fatos particulares (MINAYO, 2002, p.22). Os dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram coletados na Secretaria Municipal de Educação de Canavieiras, situada na Avenida Dr. Otávio Mangabeira, S/N, Centro – Canavieiras- BA e nas escolas municipalizadas: Grupo Escolar Profa. Isabel Freire Pimentel, situado na Rua Dr. Edmundo Lopes de Castro, s/n, Bairro Birindiba e Grupo Escolar Dr. Benicio Machado, localizado na Rua Renato de Almeida Borba, s/n, Bairro São Sebastião. As escolas pesquisadas atendem aos níveis de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

2 A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA

Vários autores ao discutirem esta temática, afirmam que não podemos caracterizar municipalização da educação como a mera passagem de encargo e serviços por parte da União e do Estado, para o Município. Nesse sentido, a municipalização do ensino não pode se transformar numa plataforma política do particionismo e é preciso ir além, tendo em mente um projeto educacional que conduza a inclusão de todas as parcelas da população, sendo efetivado em pleno regime de colaboração entre os entes federativos com cooperação técnica e financeira (BOTH, 1997; AZANHA, 1991).

Sabe-se que o princípio da municipalização/descentralização ganha força com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em que, o artigo 211, define a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do chamado Regime de Colaboração. Esta ação foi efetivada através da Emenda Constitucional (EC) Nº 14, de 1996, que trata da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Medidas estas ratificadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei no 9.394/96.

E importante, ainda, destacar que em meio a estas reformas educacionais, o Estado Brasileiro em consonância com o movimento de reordenamento do capitalismo mundial, dá continuidade a outras mudanças na política educacional brasileira, de modo particular, nos modelos de gestão e financiamento do ensino, a partir da Reforma do Estado implantada na década de 1990.

Sabe-se que as questões de base para a compreensão das atuais reformas educacionais, dizem respeito ao novo paradigma de Estado Mínimo, delineado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e pelas instituições financeiras multilaterais,

baseados nos fundamentos defendidos por Luiz Carlos Bresser Pereira - Ministro da Administração do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, que propõe a substituição da função do Estado como provedor direto de bens e serviços e do controle centralizado do conjunto das atividades sociais em funções de coordenação e regulação legal. (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado do MARE, 1995).

Para Oliveira (2006), este modelo de gestão inspirado nos fundamentos do neoliberalismo foi prontamente adotado no Estado da Bahia, sendo implementado durante o período de 1996 a 2002, através das ações programáticas de dois governos estaduais: o Governo Paulo Souto (1995 -1998) e o Governo César Borges (1999-2002). A autora chama atenção para a proposta que organizou a gestão descentralizada da educação através de um amplo programa, afirmando que a:

“Modernização e Reforma do Estado”, enfatiza uma concepção de “administração pública gerencial”, voltada para a contenção dos gastos públicos, que inclui a descentralização, tanto no âmbito dos níveis federativos (municipalização), como no âmbito da relação entre o Estado e a sociedade (privatização, terceirização, publicização e participação) (OLIVEIRA, 2006).

E adverte que no campo da educação muitas medidas foram propostas, destacando-se particularmente, a política de municipalização do ensino, caracterizada pela transferência das funções de administração e manutenção do ensino fundamental do âmbito do Estado para os Municípios. Demonstrou ainda que, a Reforma proposta pelo Estado serviu para avaliar o quadro educacional da Bahia que sempre esteve abaixo do nível de desempenho desejável.

Prosseguindo na análise, a autora expõe que da situação constatada, os governantes do período de 1995-2002, através dos seus planos plurianuais (PPA) mapearam os principais problemas que deveriam ser enfrentados: baixa qualidade do ensino, elevado índice de analfabetismo, altos índices de repetência e evasão escolar, deficiências no atendimento ao aluno e de qualificação do professor (OLIVEIRA, 2006).

Diante deste cenário de baixa qualidade no ensino baiano, a educação, nos discursos oficiais, passou a ser considerada como prioridade número um. O Estado propõe fazer da educação um “instrumento de promoção social, capaz de construir a cidadania e fazer do cidadão o principal alvo das estratégias de desenvolvimento”, enfatizam-se ações voltadas para “a universalização do acesso ao ensino fundamental, a estruturação do ensino médio e da educação profissional, a redução das taxas de evasão e repetência escolar, a regularização do fluxo escolar e a diminuição dos índices de analfabetismo” (Relatório de Atividades 1995-1998, p.140).

De acordo com o relatório do governo baiano, o ponto de partida da política governamental para enfrentar estes desafios foi: “garantir uma equidade maior na distribuição e aplicação dos recursos públicos para a educação, de modo a assegurar atendimento escolar para todos, qualidade do ensino público e autonomia das instituições públicas na ação educativa” (Relatório de Atividades 1995- 998, p.139). Nesta direção, foram equacionadas medidas de re-distribuição de recursos e de paradigma de gestão moderna e eficiente. Proposição apresentada no PPA de 2000-2003, da seguinte forma:

O setor educacional passará a ser administrado a partir de critérios profissionais e modernos de gestão, voltado para a eficiência, com a alocação de recursos sendo feita a partir de prioridades e critérios definidos tecnicamente, sem discriminações ou ingerências de qualquer espécie (Plano Plurianual - PPA de 2000-2003, p. 31).

Para realizar a “revolução educacional” esperada na Bahia, na visão dos dirigentes do Estado, esta missão era responsabilidade de todos. Ainda no dizer de Oliveira, o Estado defende a idéia de que a educação como “prioridade absoluta”, não é algo somente da sua responsabilidade, ela requer a participação da sociedade, cabendo também aos municípios, grande parte dessa responsabilidade, já que asseguram a oferta do ensino fundamental para a maioria absoluta dos alunos 57,79%, em 1998 (OLIVEIRA, 2006).

Assim, o governo da Bahia elaborou uma política educacional cujo fundamento básico é a descentralização do ensino fundamental. Em outras palavras, o Estado transfere a sua responsabilidade de melhorar a qualidade do ensino para os Municípios, com base na estruturação de sistemas educativos próprios. E, para cumprir as metas estabelecidas, o Estado definiu uma proposta fechada de programas e ações para que os Municípios desenvolvessem no ensino fundamental. Este modelo de municipalização/descentralização do ensino baiano, teve início com a implantação dos seguintes programas: programa de integração das redes de ensino estadual e municipal (inter-redes); programa de ação de parceria educacional estado-município; criação da superintendência de articulação estado-município (SUPAM); portal webpam – o portal da articulação municipal; projeto de educação da Bahia; programa educar para vencer (e a municipalização do ensino) e projeto de capacitação gerencial de unidades municipais da educação.

Neste trabalho, apresentamos o resultado dos dois primeiros programas implantados no Município para a municipalização/descentralização do ensino na Bahia. O primeiro programa, *Integração das Redes de Ensino Estadual e Municipal (INTER-REDES)*, instituído pelo Decreto nº 7.274 de março de 1998, tem como principal objetivo “assegurar a universalidade do ensino fundamental obrigatório e gratuito” além da “necessidade da

melhoria da qualidade do ensino Fundamental; do aperfeiçoamento dos mecanismos de distribuição de responsabilidades entre Estado e Municípios” e as “reconhecidas vantagens decorrentes do processo de descentralização da gestão” (PPA 1995-1999, s.p).

As informações contidas no Decreto proposto pela Secretaria Estadual de Educação (SEC), segundo Silva e Meireles (1999), tinham “o propósito de estabelecer uma prática de parceria e de reverter ações das diversas esferas do poder público que sempre tenderam a se caracterizar pela negação de um processo de colaboração mútua” (SILVA & MEIRELES, 1999, p. 46).

O ponto de partida do governo do Estado para assegurar o sucesso da proposta, foi a sua divulgação através da mídia falada e escrita. Houve uma significativa mobilização, por parte da SEC/BA, junto aos municípios para que o novo programa de educação chegasse a todas as localidades. Os estudos de Oliveira (2006) informam que ocorreram:

[...] duas grandes reuniões na Capital baiana (Salvador), sendo uma com todas as DIREC's, as quais deveriam servir de agentes repassadores dos resultados junto aos coordenadores estaduais e estes, por sua vez, aos Secretários Municipais de Educação; e outra com a participação dos Prefeitos. Essa última reunião revelou-se um sucesso, não só pelo número significativo dos presentes (353 prefeitos, dos 415), mas pelo que resultou de imediato: um acordo verbal sobre a municipalização de cerca de 1.600 escolas (SILVA & MEIRELES, 1999, p. 47).

Do que se tem conhecimento, o Programa Inter-Redes, inicialmente, não obteve o sucesso esperado porque muitos municípios, a exemplo de Ilhéus, Canavieiras e Jussari, recusaram a proposta, argumentando que o ensino fundamental já era de “fato” municipalizado. Todavia, aos poucos, estas resistências foram sendo vencidas e os municípios começaram a aderir ao programa de municipalização proposto pelo governo estadual. A anuência ocorria por diferentes caminhos seja “pelo bem ou pelo mal...”.

O segundo programa que optamos por analisar foi a proposta de *Ação de Parceria Educacional Estado-Município*, que, de fato, era uma continuidade do programa anterior. Os termos do convênio estabeleciam que, as parcerias firmadas tinham o objetivo de “articular as ações educacionais da Secretaria e do Município, visando a universalização e a oferta de Educação Básica de forma eficiente e com elevação constante do padrão de qualidade do ensino, nas respectivas redes” e apresentavam as seguintes obrigações concernentes aos Municípios:

(I) elaborar o PME, com duração de quatro anos, e revê-lo anualmente até o mês de agosto de cada ano, segundo as orientações gerais da Secretaria;

- (II) assegurar o atendimento progressivo das matrículas do ensino pré-escolar e fundamental pelo município, desde que atendidos os pré-requisitos de qualidade estabelecidos pela Secretaria;
- (III) assegurar prioridade do atendimento ao ensino fundamental e, dentro destes, às crianças de 7 a 14 anos;
- (IV) corrigir o fluxo escolar no município num prazo de quatro anos;
- [...]
- (VII) assegurar, em articulação com os pais e com o Ministério Público, a frequência diária dos alunos do ensino fundamental às escolas em todos os dias letivos do ano escolar, adotando imediatamente as medidas necessárias, caso o aluno não compareça à escola;
- (VIII) publicar relatórios relativos aos gastos e desempenho do sistema educacional, na forma e periodicidade estabelecidas no PME, e de acordo com as orientações da Secretaria (BAHIA, 2004).

Diante do que foi analisado, podemos dizer em linhas gerais, que os termos do convênio atribuíam aos municípios baianos uma série de responsabilidades administrativas e pedagógicas e que estas deveriam ser implantadas prontamente, ou seja, transferiam-se de forma abrupta todas as responsabilidades de gestão das escolas estaduais do ensino fundamental, para o município. Assim, o pacto oficial da “cooperação mútua” e de transferência de responsabilidade gradual e progressiva ficava comprometido, dificultando a principal meta da proposta, de universalização e qualidade do ensino.

3 OS IMPACTOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO EM CANAVIEIRAS

A política de municipalização do ensino fundamental proposta pelo governo do Estado da Bahia em parceria com os Municípios, conhecida como Programa Inter-Redes começou a ser discutida pelos gestores municipais, desde 1999. No período, a proposta não despertou o interesse dos seus governantes, mas com o transcorrer dos anos passou-se a compreender que, as mudanças na política educacional brasileira atribuíam um papel significativo às instâncias municipais, quanto a redistribuição das responsabilidades das esferas de poder no que concerne à oferta dos serviços educacionais, considerando-se os princípios da descentralização, da democratização e da participação. Além do que, houve mudanças políticas na administração da cidade e a conjuntura passou a apresentar-se com novos arranjos políticos-partidários.

Em 2004, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) da Bahia retoma a proposição de parcerias entre o Estado e os Municípios e, mais uma vez, foram convidados os prefeitos que ainda não haviam aderido o programa INTER-REDES para uma reunião em Salvador. Os dirigentes educacionais da SEC argumentavam que a proposta de descentralização deveria ser

executada em toda a Bahia, em conformidade com os fundamentos legais que propunha a LDB 9394/96.

Na época, o Prefeito do Município de Canavieiras era o Sr. Boaventura Vidal Cavalcante. Ele comparecera á reunião em Salvador para ouvir as propostas políticas educacionais do Estado, através da SEC e direcionadas para os Municípios. Esse gestor municipal, ao retornar da capital do Estado comunicou aos seus assessores que havia aderido à proposta de municipalização do ensino para a cidade de Canavieiras. Esclareceu que a Secretaria de Educação da Bahia propôs uma política educacional de descentralização para o ensino fundamental, instituindo programas e ações com o seguinte ideal:

[...] transferência de responsabilidade do Estado para o Município nos segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, previsto na LDB N° 9.394, de 1996, Art.11, de forma progressiva gradual, flexível e coerente com as condições de cada município, através de Convênio de Ação e Parceria. (Fonte: Convênio Secretaria Municipal de Educação).

Na oportunidade, o Sr. Boaventura Vidal Cavalcante, explanou os termos do convênio de nº 473/2004, “visando à implementação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado–Município”, celebrado entre os dois entes federativos e comunicou que a municipalização implicaria na responsabilidade de dirigir as duas novas escolas, “inclusive despesas de capital e consumo necessários à sua adequada operação” (cláusula segunda), e a cessão dos docentes oriundos da rede Estadual, ou seja, as 09 professoras seriam cedidos para a rede municipal passando a pertencer ao quadro de docente do município, cláusula seis do Convênio. Argumentava, ainda, que a municipalização apresentava-se como uma possibilidade de melhoria das condições de infra-estrutura das escolas, garantia de oportunidade de oferta de ensino para todos as crianças das séries iniciais e progresso do desempenho escolar das crianças.

Justificava também, que a matrícula da rede escolar estadual existente no Município estava decrescendo ano, após ano. E, de certo, este acordo traria benefícios educacionais para a rede escolar do Município. Informou que no período de 1997 a 2000, o quadro da matrícula das escolas estaduais foi reduzindo, de 65%, 60%,63% e 59% nos respectivos anos. Enquanto que a rede municipal ampliava, seguindo estes percentuais de 30%, 35%, 31% e 35%, ano a ano. No segundo período (2001 a 2003), ocorreu o mesmo fenômeno, ou seja, a rede estadual continuava reduzindo a sua matrícula: 67%, 66%, 62%, respectivamente e a rede municipal crescia com os seguintes percentuais: 27%, 26% e 28%, nos anos de 2001, 2002 e 2003.

Enfim, diante da realidade do quadro educacional da cidade de Canavieiras, a proposta de municipalização seria muito bem-vinda, porque a integração das escolas estaduais iria sanar uma série de problema que o Município enfrentava. Desta forma, o Grupo Escolar Prof^a Isabela Freire Pimentel e Grupo Escolar Dr. Benício Machado seriam municipalizados. A primeira escola fica situada à Rua Dr. Edmundo Lopes de Castro, s/n, Bairro Birindiba, sendo constituída com 09 salas de aulas, quadra poliesportiva, pátio coberto, com um total de 648 alunos matriculados e 05 professores com carga horária de 40 horas. A outra escola municipalizada foi o Grupo Escolar Dr. Benício Machado, localizada na Rua Renato de Almeida Borba, s/n, Bairro São Sebastião, com 09 salas de aulas, quadra poliesportiva, pátio coberto e matrícula de 405 alunos e 04 professores com carga horária de 40 horas ministrando aulas, sendo essas duas escolas voltadas para o trabalho com a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1^a a 4^a série.

4 A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS-BA

Diante deste contexto sociopolítico da realidade educacional brasileira e local, foram analisadas as principais medidas desenvolvidas pelos gestores e os impactos da municipalização na organização do ensino fundamental do Município de Canavieiras. Interessou-nos saber, inicialmente, quem eram os professores que atuavam nas escolas municipalizadas. Após aplicação dos questionários, os dados apontaram que os 09 professores das escolas eram todas mulheres, com uma média de 45 anos de idade, exercendo o magistério por mais de 20 anos, com uma carga horária de 40h semanais e formação acadêmica de curso normal médio.

Em seguida, as professoras foram questionadas sobre como avaliavam as medidas adotadas pelos gestores em favor do processo de municipalização das suas escolas. Os dados apontaram que 75% das docentes, aprovaram os procedimentos instalados, argumentando que as ações favoreciam o fortalecimento da educação municipal, uma vez que os seus gestores estavam mais próximos da comunidade e sabiam das suas necessidades. Nessa direção, o posicionamento dos professores ratifica o pensamento de alguns intelectuais que defendem a municipalização. Os autores afirmam que a descentralização favorece a administração da escola, porque os seus gestores ficam mais próximos da comunidade e isso facilita administrar ações de pressão e de comunicação por uma melhor escolaridade. Grispino (2011) afirma que:

A municipalização do ensino fundamental, se bem conduzida, se bem assistida, cria maior intercâmbio entre prefeitura, comunidade e escola, facilitando a participação dos pais e da comunidade em tarefas de cooperação e de fiscalização. A municipalização pode harmonizar o atendimento técnico e o atendimento humano, sem prejuízo. [http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php? m21.06.2011](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?m21.06.2011).

Essas afirmações feitas pela autora vêm corroborar com declaração da Professora, aqui nominada de Prof^a Estrela*, que afirma que a municipalização promoveu a ”integração da educação na esfera Estadual e Municipal numa aliança para fortalecimento do processo do ensino aprendizagem”. Em contrapartida, a Prof^a Cintilante*, se contrapõe ao processo de municipalização e desabafa: “achei um grande desrespeito com todos os funcionários das escolas, pois uma atitude tão repentina nos deixou desamparados, sem escolhas e sem saber para onde iríamos”.

Também nos interessou identificar a vivência dos professores com a nova estratégia de gestão praticada nas escolas municipalizadas. Os resultados coletados apontaram que 80% das professoras assimilaram a importância dos novos métodos empreendidos na administração escolar e disseram que o atual ordenamento administrativo, de forma democrática, proporcionou uma ação mais dinâmica na escola, tornando as decisões mais rápidas, introduzindo novas práticas pedagógicas e melhorando a qualidade do ensino, diferentemente das vivências tradicionais, as quais vinha praticando anteriormente. Nas observações da Profa. Luz*, ela sinalizou como pontos positivos desse processo de municipalização, o acolhimento e a integração oferecidos pelo município aos professores transferidos, além do que, houve a oportunidade de: “conhecer pessoas e práticas pedagógicas diferentes e o acolhimento, dedicação e respeito que a SEMED teve com os professores”.

Cabe ressaltar que também existiram atitudes de resistências ao processo de municipalização, embora o número tenha sido limitado. A Profa. Cintilante* transferida para outra escola da rede municipal, reagiu dizendo: “a relação mudou porque perdeu o vínculo com a sua escola de origem”. Declarou, ainda, o seu ressentimento para com a Diretoria Regional de Educação (DIREC), pelo tratamento de “pouco caso” dispensado aos professores durante o processo de municipalização. O mesmo sentimento foi manifestado pela Prof^a. Luz*, que alegou o seu sentimento de perda de identidade, ressaltando “a falta de respeito do Estado para com os seus professores efetivos, em relação aos seus direitos garantidos pela lei”.

Diante das informações coletadas sobre a municipalização/descentralização do ensino nos municípios brasileiros e dos dados levantados na cidade de Canavieiras-Ba

verifica-se que a prática de gestão democrática nas escolas, apresenta-se como um desafio que precisa ser assimilado pelas professores, escolas e pelas redes de ensino.

A análise do processo de Municipalização do Ensino do Município de Canavieira, sob o ponto de vista da gestora da Secretaria de Educação do Município é avaliado como uma ação em que foram encontradas muitas dificuldades, resistências e possibilidades. A Secretária declarou que administrativamente esta ação favoreceu a melhoria do fluxo escolar e a adoção de novas formas de organização pedagógica do processo de ensino, ou seja, houve:

[...] uma nova municipalização, com a transferência de matrículas da rede estadual para a rede municipal. Os espaços físicos foram bem aproveitados pela Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a escassez de espaços escolares próprios e adequados para atender o elevado número de alunos na rede municipal que funcionava sob o regime de rodízio de trabalho, principalmente na Educação Infantil (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO,).

Continuou afirmando que outro ponto em destaque foi a questão da transferência de responsabilidades para o município. Pode-se pensar que houve uma desresponsabilização do Estado para com a educação, porque houve aumento de encargos para os municípios, ampliando-se as suas responsabilidades para com a comunidade local, na oferta de serviços. Em outras palavras, o Estado cortou apoio técnico e repasse de verbas. Isso provocou, por exemplo: “dificuldade em realizar reparos ou reformas nos prédios das escolas cedidas pelo Estado”.

Outras dificuldades identificadas referem-se aos serviços educacionais ofertados, bem como, a difícil relação entre as escolas estaduais e municipais. Pode-se inferir, também, a falta de integração pedagógica dos docentes nas ações referentes aos programas e projetos implantados pelo Município que visavam a melhoria do processo de ensino. Destaca-se, ainda, o ponto referente aos recursos humanos e financeiros. A esse respeito a Secretária de Educação declarou: “o fator mais grave de todos, se refere ao pagamento dos professores cedidos, pois os salários são pagos pelo município e os valores são acima da média municipal”. Esse novo ordenamento criava uma difícil relação entre as escolas e a gestão da rede de ensino.

Afirmou ainda que, o grande desafio posto foi a questão do processo de gestão das escolas. Nesse ponto, ressaltou a reação dos professores “municipalizados”, que estavam habituados com uma gestão verticalizada, em que se seguiam as ordens de “cima para baixo”, sem oportunidades de escolher e decidir. Isso provocava, certamente, a necessidade de se ter novos métodos de trabalho, novas formas de organização administrativa e pedagógica,

pautadas em articulações entre os diversos segmentos da unidade escolar, transformando-os em ações colegiadas, transparentes e autônomas, prática que há alguns anos já vinha na rede de ensino municipal.

Diante desta realidade apresentada, a Secretária de Educação do Município de Canavieiras declara que, o processo de municipalização deveria ser realizado de forma gradual e diferenciado para que fossem logrados melhores resultados, conforme estava previsto no convênio entre o Estado e Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudos teóricos e análise dos dados levantados sobre as políticas que nortearam a municipalização e o processo de descentralização da educação no Brasil, foi possível constatar as principais características da política de descentralização implantada no Estado da Bahia, com vistas à municipalização do ensino e os impactos que as medidas adotadas provocaram no desenvolvimento do ensino fundamental, segundo o posicionamento dos professores e dos gestores da educação do Município de Canavieiras - BA.

Nos anos 1990, o governo do Estado deu início ao processo de municipalização do ensino fundamental do Estado da Bahia através de vários programas, fato que ocorreu de forma lenta e gradual. Assim, em 2004, a SEC/BA retomou as discussões e implanta de forma compulsaria a municipalização do ensino nos municípios que ainda não haviam aderido a proposta. Dessa forma, o Município de Canavieiras estabeleceu os convênios de Ação e Parcerias conhecido como Programa Inter-Redes. Segundo os dirigentes municipais da época, o ensino ali já era municipalizado desde a sua emancipação política de Ilhéus. Portanto, esta proposta não seria algo, realmente novo.

Nessa direção, o processo de reestruturação administrativa e pedagógica das escolas municipalizadas em Canavieiras começou a ser efetivado no ano de 2004, dando início à incorporação das duas escolas estaduais a rede municipal. Observou-se que a perspectiva idealizada de uma descentralização processada de forma gradual e diferenciada foi realizada de forma contraria. A transferência de responsabilidades foi marcada pela improvisação e generalização, acarretando muitas tensões. Constatou-se, por exemplo, que o processo de regime “colaboração” defendido nos documentos reguladores da ação de municipalização não ocorreu conforme o previsto. Na prática, o que se verificou foi “transferência” de responsabilidades de forma abrupta e sem planejamento para o Município.

Outro aspecto em destaque que surgiu na fala das professoras, diz respeito à questão da subjetividade, relativa ao sentimento de pertencimento que unia as escolas estaduais, uma vez que as professoras se percebiam membros de um grupo, em que o pertencimento estava vivo, existiam valores, cultura escolar, rotinas comuns que os unia, oferecendo sentido aos seus fazeres, e que, na atual circunstância estavam sendo dilacerados.

Do ponto de vista da gestão, constatou-se que este foi o maior desafio apontado pelos atores envolvidos durante o processo de municipalização/descentralização. Aspecto este, facilmente compreensível pelo grau de polissemia que o termo apresenta, o que leva muitos professores e gestores a terem interpretações diferenciadas a respeito das questões voltadas para a gestão democrática e organização escolar. Os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Educação do Município se estabeleceram no nível da gestão escolar; nas relações interpessoais entre os professores das redes estaduais e municipais; na Secretaria Municipal e escolas, além de outras temáticas, como por exemplo: a expansão das matrículas do ensino fundamental; o desempenho escolar dos alunos; a melhoria do processo de ensino e a adesão de novas formas de organização pedagógica do processo de ensino bem como a política de formação e valorização dos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Governo do Estado. **Plano Plurianual Governo Paulo Souto: 1995-1999**. Salvador, 1995.

BOTH, Ivo José. **Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental**. Campinas (SP): Papyrus, 1997.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; FÁVERO, O. **A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional**. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DE TOMMASI, L.; HADDAD, S.; e WARDE, M. J. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, A. M. **A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura**. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 22, n. 77, p. 28-48, dez. 2001.

OLIVEIRA, R. P. **A municipalização do ensino no Brasil**. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Cleiton. **Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Maria Neusa de. **As políticas de municipalização do ensino fundamental no Estado Da Bahia nos anos 1990**. Impactos da gestão e no financiamento da educação municipal. 2006. 218 f. Tese (Doutorado em educação). Natal, 2006.

PEREIRA, Luiza Percevallis. **O sentido do pertencimento nas relações pedagógicas: um olhar voltado à experiência de professores**.

http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2007/luiza.pdf.

Acesso em 25/06/2011

ROSAR, M. F. F. **A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p.165-176, dez. 1999.

SILVA, M. S. & MEIRELLES, J. C. D. **A Educação da Bahia**. Brasília, Unicef, Mec/Fundescola, Banco Mundial/Undime. Abril de 1999.

TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, SP: Cortez, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano Plurianual Governo Paulo Souto: 1995-1999**. Salvador, 1995.

_____. Governo do Estado. **Relatório de Atividades: 1995-1998**. Salvador, 1999.

_____. Governo do Estado. **Plano Plurianual Governo César Borges: 2000 a 2003**. Salvador, 2000.

_____. Governo do Estado. **Relatório de Atividades: 1999-2002**. Salvador, 2003.

_____. Governo do Estado. **Decreto Estadual nº 7.254 de 20 de março de 1998**.

Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, para atendimento ao Ensino Fundamental. Publicado D.O.E. Em 21 e 22.03.98.

_____. Secretaria da Educação. **Programa Educar para Vencer**. Salvador, BA.

Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/educarparavencer/htm>>. (Acesso em 2004).

_____. Secretaria de Educação. **Manual de Gestão Municipal**. Salvador, BA.

Disponível em: <<http://webpam.sec.ba.gov.br/portal/>>. (Acesso em 2004).

_____. Secretaria de Educação. **Projeto de Educação na Bahia – 2000 a 2003**. Salvador, BA.

_____. Secretaria da Educação. **Portal Webpam – o Portal da Articulação Municipal**.

Salvador, BA. Disponível em: <<http://webpam.sec.ba.gov.br/portal/>>. (Acesso em 2004).

_____. Secretaria da Educação. **Termo de Convênio** para a implementação do Programa de Ação de Parceria. Salvador, BA. Disponível em:

<<http://webpam.sec.ba.gov.br/portal/>>. (Acesso em 2004).

_____. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação da Bahia**/Secretaria da Educação. Salvador, BA, out./2004.122p. Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/>> (Acesso em janeiro de 2005).

BANCO MUNDIAL. **Educação Primária**. Documento de política do Banco Mundial. Washington D. C., 1992.

_____. **Educação Municipal no Brasil. Recursos, incentivos e resultados**. (Em dois volumes). Relatório n. 244413-BR, 2003.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: DF, 1995.

CEPAL. UNESCO. **Educacion y Conocimiento: ejes de la transformación productiva com equidad**. Santiago, 1992.

MERCOSUL, **Plano Trienal para a Educação**, 1995.